

Migrações e Natureza



Eunice Sueli Nodari
Silvio Marcus de Souza Correa
Orgs.



Migrações e Natureza

Eunice Sueli Nodari
Sílvio Marcus de Souza Correa
Organizadores

Migrações e Natureza



2013

© Dos autores – 2013
eunice.nodari@ufsc.br

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Colección Archivo Fotográfico Alejandro Torres – Chile

Revisão: Luís M. Sander

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund S. A.

Conselho Editorial

Antonio Sidekum (Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (UFSC e UNOCHAPECÓ)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luis H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raul Fernet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M636 Migrações e natureza / Organizadores Eunice Sueli Nodari e Sílvio
Marcus de Souza Correa. – São Leopoldo: Oikos, 2013.

221 p.; 16 x 23cm.

ISBN 978-85-7843-363-5

1. Meio ambiente. 2. Migração – Mudança ambiental – Mudança climática. 3. História Ambiental – Migração – Desastre natural. 4. Ecologia. 5. Desastres socioambientais. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Correa, Sílvio Marcus de Souza.

CDU 504.3

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 7 |
| Migração e desastre | 11 |
| <i>Uwe Lübken</i> | |
| Azúcar, ganadería y metabolismo industrial en Cuba. Una historia en diálogo con la de Brasil | 29 |
| <i>Reinaldo Funes Monzote</i> | |
| Migração e saúde nos trópicos | 71 |
| <i>Magali Romero Sá</i> | |
| A medicina europeia e a natureza na África Oriental: acomodações e investigações no período moderno | 93 |
| <i>Eugénia Rodrigues</i> | |
| Potabilizar a água do Atlântico. Do desafio de uma comunidade alemã entre o mar e o deserto do Namib | 119 |
| <i>Sílvio Marcus de Souza Correa</i> | |
| Natureza, política e “desordem das águas”. Teorias da vulnerabilidade ambiental na Europa Mediterrânica (sécs. XVIII e XIX) | 145 |
| <i>Stefania Barca</i> | |
| Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina | 165 |
| <i>Eunice Sueli Nodari</i> <i>Marcos Aurélio Espíndola</i> | |
| Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a história ambiental | 185 |
| <i>Lise Sedrez</i> | |
| História Ambiental – possibilidades de novos olhares | 203 |
| <i>Eurípedes Funes</i> | |
| Sobre os autores e as autoras | 219 |

Natureza, política e “desordem das águas”.

Teorias da vulnerabilidade ambiental na Europa Mediterrânea (sécs. XVIII e XIX)

Stefania Barca

Premissa

Este capítulo visa descrever o início de uma consciência ambiental moderna na Europa Mediterrânea e a sua conexão com o contexto político-econômico da chamada Idade da Revolução, ou seja a que compreende a revolução francesa, a revolução industrial e a revolução liberal nacionalista do século XIX. O meu ponto de partida é a observação que o Mediterrâneo teve uma importância central na formação da consciência ambiental moderna através da obra do diplomático estadunidense George Perkins Marsh, autor de um livro chamado *Man and Nature*, publicado em 1864 e várias vezes republicado desde então. Embora este livro defendesse uma tese de caráter ‘global’ sobre a relação entre sociedades e natureza, ele estava basicamente fundado em observações e estudos que Marsh efetuou durante sua estadia na região mediterrânea, e em autores clássicos dessa região. A tese central do livro era que a degradação dos solos e o risco hidráulico que caracterizavam o ambiente mediterrânico eram consequências da deflorestação praticada nas alturas daquela região, praticamente sem interrupção desde a época romana. Escrito em inglês para um público norte-americano e norte-europeu, o livro pretendia chamar a atenção dos contemporâneos para a necessidade de preservar as florestas enquanto estas garantiam a estabilidade dos solos, especialmente em regiões montanhosas. Na literatura histórico-ambiental, esse livro é considerado como um dos textos iniciadores da moderna consciência ambiental ocidental, a que originou as políticas conservacionistas do final do século 19. O que não está suficientemente explorado nesta literatura é o nexos que o livro *Man and Nature* possuía com o pensamento e os conhecimentos ambientais da

própria região mediterrânea, através de textos produzidos por escritores, intelectuais e técnicos dessa região. O presente capítulo visa, portanto, oferecer uma visão crítica da tese de G. P. Marsh, mostrando como esta de fato constituía uma reproposição de teses já amplamente aceites no sentido comum ecológico-político a nível ‘local’, fruto elas mesmas de pulsões ideológicas e mudanças territoriais relacionadas com o mais amplo contexto político-econômico da Idade da Revolução.

I

Nos anos 1850-54, o diplomático e erudito estadunidense George Perkins Marsh visitou partes do Mediterrâneo na qualidade de embaixador para a Turquia. Um nativo de Vermont, onde ele executava a fazenda da sua família, Marsh tinha desenvolvido um interesse precoce na degradação ambiental enquanto relacionada ao desmatamento. Uma vez catapultado para a, aparentemente tão diferente, paisagem mediterrânea, ele encontrou algo que permitiria as suas observações sobre Vermont se transformarem em muito mais do que a expressão do conhecimento agrário local. Na margem sul do Mediterrâneo, Marsh viu o que ele acreditava serem os efeitos a longo prazo do desmatamento ocorrido em tempos antigos, levando à desertificação. O lócus de antigas civilizações e impérios, o Mediterrâneo parecia a Marsh o exemplo vivo de como a degradação ambiental pode ser uma poderosa força de colapso político e social, o modelo negativo para levantar diante dos olhos de seus compatriotas para mostrar-lhes a importância da preservação das florestas da América do Norte.

Alguns anos mais tarde, em 1861, Marsh mudou-se para a Itália enquanto novo embaixador dos EUA nesse país, e lá permaneceu até a morte, em 1882. Na costa norte do Mediterrâneo e, especialmente, nos Apeninos e Alpes entre a Itália e a França, ele viu desastres resultantes do desmatamento que ia ocorrendo no seu próprio tempo. Foi aqui que a ideia surgiu a Marsh para escrever um tratado de geografia sobre a degradação do ambiente. Nessa obra, o autor defendia a ideia de uma ordem natural estável que os seres humanos perturbavam, e a necessidade de reparar os efeitos negativos da interferência humana, por meio de obras de restauração ativa e cientificamente fundadas. Para fundamentar essa tese, o autor contava uma história de decadência e perda: na época do império romano – ele escrevia

– “O Mediterrâneo compreendia as regiões da terra mais distinguidas por uma feliz combinação de vantagens físicas (clima, fertilidade, biodiversidade, recursos minerais e facilidade de transporte)”¹. No tempo presente, por contraste, mais da metade dos territórios que uma vez formaram o império romano estava deserta ou bastante reduzida tanto na sua produtividade quanto em sua população. A causa original – essa a tese do livro – era o desmatamento feito pelos romanos e continuado pelos governos bárbaros que se seguiram: com o desaparecimento de vastas florestas, manifestaram-se erosão dos solos, desordem e vulnerabilidade hidráulica, consistindo em quatro aspectos principais: primeiro, a perda de recursos hídricos. Os que uma vez eram cultivos fertilizados por irrigação – Marsh observou – são agora selvagens e improdutivos, porque as cisternas e reservatórios que abasteciam os antigos canais estavam quebrados, ou as fontes que os alimentavam secaram; rios famosos na história e na arte encolheram para córregos humildes; os salgueiros que eram ornamentados e protegidos das margens dos cursos de água menores se foram, e os riachos deixaram de existir como correntes perenes, porque a pouca água que encontrava seu caminho em seus velhos canais era evaporada pelas secas de verão, ou absorvida pela terra seca, antes de atingir as planícies.

O segundo aspecto da vulnerabilidade hidráulica das regiões mediterrânicas consistia no fato que o regime dos fluxos tinha se alterado: os leitos de ribeiros aumentados em grandes extensões de pedras e cascalho, sobre as quais na estação quente passava-se em seco, mas que no inverno eram torrentes impetuosos.

Terceiro, os estuários dos rios também tinham se modificado: as entradas de rios navegáveis eram obstruídas por bancos de areia, e os portos, uma vez sítios de um extenso comércio, eram enterrados pelos depósitos dos rios; a elevação dos leitos dos estuários e, conseqüentemente, a diminuição da velocidade dos fluxos que fluíam para eles tinham convertido milhares de léguas de mar raso e de planície fértil em pântanos improdutivos e miasmáticos².

¹ See George Perkins Marsh, *Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action* (New York: Scribner & Co., 1864), 1.

² *Ibid.*, p. 4.

Globalmente, a maior parte da narrativa do livro descrevia problemas relacionados com a água. Pode-se dizer, de fato, que o declínio ambiental do Mediterrâneo descrito por Marsh era, quase inteiramente, uma questão de instabilidade e vulnerabilidade hidrológica.

O que parece ainda mais interessante é que Marsh atribuía a causa primária desse declínio ambiental à esfera política, e nomeadamente, ao que ele chamava de “despotismo brutal e desgastante que a própria Roma exercia sobre os reinos que ela conquistou”, e ao legado político do império, isto é, “à série de tiranias temporais e espirituais que nos deixou como sua maldição sobre a largura dos antigos domínios, e que, de alguma forma de violência ou de fraude, ainda oprimem quase todas essas regiões”³. Natureza e política agiram juntamente, ao longo de muitos séculos, como poderosas forças de declínio ambiental – ele concluía.

Marsh se referia ao feudalismo e ao poder temporal da igreja católica, ou seja, os dois aspectos do chamado ‘antigo regime’ que a Idade da Revolução tinha mais fortemente contrastado e sobre os quais, na altura em que ele escrevia, a burguesia europeia tinha largamente triunfado. Apondo estas duas entidades como as principais responsáveis da desordem ambiental da Europa mediterrânica, o autor implicitamente transferia a culpa dessa desordem para um tempo passado e morto. Reforçava assim a ideia de que a ordem social existente, dominada pela economia política liberal e pelo industrialismo, constituía uma libertação do peso negativo do antigo regime não somente em termos sociopolíticos mas também em termos ecológicos. Ora, essa visão do liberalismo econômico como via para a restauração da ordem ambiental tinha sido a ideia mais acriticamente repetida e evocada por uma inteira geração de intelectuais da época anterior à chegada do embaixador estadunidense à Itália. Por isso, é a esta ideia e à sua evolução que daremos a maior atenção na seção seguinte. Por enquanto cabe ressaltar que, para além da passagem acima referida, Marsh não aprofundou o tema da política: ele deu esta parte por aclarada e dedicou os seus esforços em descrever os aspectos físicos das relações sociedade-natureza, especialmente a combinação de geologia e clima. Sobretudo Marsh ressaltou o fato de o Mediterrâneo ser uma região formada quase inteira-

³ Ibid., p. 5.

mente de montanhas. Isto era o que distinguia o ambiente físico mediterrânico em relação ao ambiente de outras regiões da Europa, e essa era a causa principal da grande fragilidade dos equilíbrios hidráulicos e da elevada vulnerabilidade ambiental dos seus solos.

Mudanças destrutivas – ele escrevia – são mais frequentes nos países de superfície irregular e montanhosa, em climas onde a precipitação se limita principalmente a uma única temporada, e onde o ano é dividido em um período úmido e um período de seca, como era o caso – Marsh anotava – em grande parte do império otomano, e, com mais ou menos rigor, em toda a bacia do Mediterrâneo. Nas zonas montanhosas – escrevia Marsh – chuva e neve caem em maior quantidade, e com muita desigualdade de distribuição, assim que a neve é então muitas vezes “quase totalmente dissolvida num degelo único, de modo que a precipitação de um mês inteiro é concentrada em poucas horas pelo flancos das montanhas, e através das ravinas que os sulcam”. Devido à inclinação natural da superfície, as correntes de coleta da chuva e da neve derretida adquirem “uma força e poder de remoção e transporte quase irresistível”; o solo da própria montanha é “menos compacto e tenaz” do que o das planícies e, se a floresta foi destruída,

já não é confinado pelos ligamentos pelos quais a natureza tinha-o ligado. Daí qualquer chuva considerável vai deixando a roxa nua, e as torrentes enviadas pelo degelo da primavera, e por ocasionais descargas pesadas do verão e as chuvas outonais, são mares de lama e pedras rolantes que às vezes destroem e enterram debaixo deles hectares, e até mesmo milhas, de pastagem e campo e vinha⁴.

O efeito combinado de clima, altitude e qualidade do solo, segundo o autor, forma a principal explicação de erosão e inundações nas regiões da Europa do Sul, e determinaram as diferentes consequências ambientais do desmatamento nas montanhas e nas planícies. Duas regiões do Mediterrâneo, em particular, serviram como exemplos desse fenômeno: os Alpes franceses, cujo solo “rende muito facilmente à força das correntes”, e os Apeninos italianos, “cobertos com terra que se tornam num fluido quando saturada com água”.

A narrativa do declínio ambiental elaborada por Marsh foi amplamente aceite no mundo científico e político anglófono da sua época, tor-

⁴ Ibid., pp. 49-50.

nando-se o núcleo original do moderno conservacionismo. E todavia, é interessante ressaltar como o Mediterrâneo próspero e ecologicamente equilibrado da Idade Antiga evocado por Marsh, em contraste com o atual, seja de fato um lugar quase mítico colocado numa idade mítica. Embora o autor se refira genericamente a “antigos historiadores e geógrafos” como suas fontes de informação, ele não citou nenhum em particular, nem indicou qualquer período histórico em detalhe para além do Império Romano, cuja extensão temporal foi de cerca de quinhentos anos. O livro também oferecia poucas especificações geográficas, fora amplas delimitações regionais e climáticas. A explicação deste paradoxo é que o que mais importava a Marsh era enfatizar a degradação ambiental do Mediterrâneo na sua época, em comparação com uma “antiguidade” indeterminada. O livro, em outras palavras, servia para apoiar, com observações de caráter científico, uma tese *ecológico-política* sobre a vulnerabilidade ambiental, utilizando o Mediterrâneo como caso paradigmático do desastre que teria acabado por afetar o mundo todo em caso que apropriadas políticas florestais não tivessem prevalecido.

II

Para entender *Man and Nature*, e como ele se tornou um marco da consciência ambiental do século XIX, é preciso colocá-lo dentro do contexto material das mudanças ambientais e econômico-políticas que ocorreram no Mediterrâneo no tempo do autor. Outros observadores contemporâneos, bem como os estudos históricos ambientais, confirmam ser a instabilidade hidrológica o aspecto mais relevante dessa época. Ao longo dos Apeninos italianos, dos Alpes e dos Pirineus, o século XIX parecia ser a idade das inundações: por isso é que Marsh ficou muito preocupado com esta questão. Ele dedicou uma seção inteira do seu capítulo sobre a água e às inundações do Ardèche (uma torrente menor, afluente do rio Rhone, na França), descrevendo as duas inundações excepcionais de 1827 e 1846, durante as quais o Ardèche contribuiu para o Rhone – ele escrevia – com mais água do que o Nilo para o Mediterrâneo⁵. Em meados do século, as inundações

⁵ Ibid., p. 385 ss.

tornaram-se uma ameaça tão dramática em todas as regiões alpinas (não só na França, mas também na Suíça, na Itália e até mesmo na Alemanha) que aqueles Estados acabaram por aprovar leis pela reflorestamento e regulamentação unificada de águas e florestas.

Cientistas desses países também fizeram investigações sobre as possíveis causas das inundações. O estudo mais conhecido foi o do engenheiro hidráulico francês Alexandre Surell sobre as torrentes alpinas (*Etude sur les Torrentes des Haute Alpes*), publicado em 1841. Este estudo já expressava a teoria, depois atribuída a Marsh, de umnexo de causalidade entre o desmatamento e a degradação dos rios. De fato, durante a década de 1840 a França foi particularmente afetada por inundações a partir de um número de rios tributários em cursos de água importantes, como o Rhone, o Garonne e o Loire, cujas piores inundações foram em 1855 e 1856. Tão grave era a situação de degradação hidrológica do país que, em 1857, Napoleão III veio a declarar: “os rios, como a revolução, irão voltar para seus leitos e permanecer incapazes de se levantar durante o meu reinado”⁶.

O livro de Marsh teve o mérito de explicar com grande clareza e detalhadamente os mecanismos físicos que determinavam a maior vulnerabilidade hidráulica das regiões mediterrânicas com respeito às outras regiões da Europa. Todavia, as causas econômico-políticas faltavam completamente na sua teoria do desastre ambiental. De fato, a vulnerabilidade ambiental do norte do Mediterrâneo no século XIX estava especialmente relacionada a transformações sociais da época: em especial, essa foi uma época de mudanças importantes na propriedade e no uso da terra. Desde a segunda metade do século XVIII, grandes quantidades de posses/propriedades, anteriormente feudais, monásticos e comunitários em Itália, França e Espanha foram colocadas à venda. Depois da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, essas áreas sofreram um ataque frontal sobre as suas florestas e pastagens comuns, que foram parceladas e vendidas a uma classe emergente de proprietários agrários. Desmatamentos extensivos se seguiram, pois o aumento dos preços, relacionado com o incremento demográfico da época,

⁶ On French floods and Napoleon III, see Tamara Withed, *Forests and Peasant Politics in Modern France* (New Haven: Yale University Press, 2006) 56-58; see also Joachim Radkau, *Nature and Power: A Global History of the Environment* (Cambridge and New York: Cambridge University Press 2008 [2002]), 131-136; see also Lowenthal, *George Perkins Marsh*, 281.

estimulou os proprietários para o desmatamento com o fim de cultivar cereais e vender a madeira. Camponeses e comunidades da montanha tiveram que sustentar-se a partir de uma quantidade bastante reduzida de bens comuns e, sem dúvida, em parte contribuíram para o desmatamento e lavramento dos planaltos marginais que eles ainda habitavam e mantinham para subsistência. O resultado foi uma degradação ambiental de rapidez e intensidade não registradas em séculos anteriores.

Desde o final do século XVIII, de fato, intelectuais e funcionários públicos italianos assistiram a uma fase de desmatamento sem precedentes, e temiam as consequências como terríveis⁷. Embora Marsh seja considerado um iniciador da consciência ambiental ocidental, ele veio como o solo final de um longo coro que, como em uma tragédia grega, foi evocando a mesma história de declínio ambiental, com explicações semelhantes e semelhantes sugestões para recuperação e restauração dos bosques. A partir de cerca de 80 anos antes de quando Marsh pisou pela primeira vez nas margens do Mediterrâneo, filósofos, geógrafos, engenheiros em todo o Sul da Europa já estavam teorizando onexo entre o desmatamento, a erosão do solo e a degradação dos rios. Marsh, sem dúvida, conhecia essa literatura e parcialmente utilizou-a para apoiar as suas observações. Vamos então analisar brevemente alguns desses textos, que podem ser considerados os pontos salientes do sentido comum intelectual sobre onexo entre política e natureza na Idade da Revolução.

III

Desde o final do século XVIII, intelectuais e funcionários públicos italianos assistiram a uma fase de desmatamento sem precedentes e cujas consequências eram já percebidas como terríveis. Embora Marsh seja considerado um iniciador da consciência ambiental ocidental, seu texto se insere no canto final de um longo coro que, como em uma tragédia grega, foi evocando a mesma história de declínio ambiental, com explicações e sugestões semelhantes para recuperação e restauração dos bosques. Cerca de 80 anos antes de quando Marsh pisou pela primeira vez nas margens do Medi-

⁷ Veja por exemplo Bruno VECCHIO, *Il bosco e gli Scrittori Italiani del Settecento e dell'Età Napoleonica* (Torino: Einaudi 1974).

terrâneo, filósofos, geógrafos, engenheiros em todo o Sul da Europa já estavam teorizando o nexos entre o desmatamento, a erosão do solo e a degradação dos rios. Marsh, sem dúvida, conhecia essa literatura e parcialmente utilizou-a para apoiar as suas observações. Vamos então analisar brevemente alguns desses textos que podem ser considerados os pontos salientes do sentido comum intelectual sobre o nexos entre política e natureza na Idade da Revolução.

O primeiro trabalho em que a “desordem das águas” encontra-se teorizada como um problema de economia política é a *Descrizione Política e Geografica delle Sicilie* (descrição política e geográfica das Duas Sicílias), do geógrafo napolitano Giuseppe Maria Galanti. Publicada em cinco volumes, entre 1786 e 1794, esta foi a primeira pesquisa estatística realizada sobre o território do sul da Itália na sua totalidade, resultado de muitos anos de viagens e coletas de dados. Encomendada a Galanti pelo próprio rei, a *Descrizione* foi muito influente na formação de uma nova consciência política no país a respeito da relação entre nação e natureza⁸. Escrevendo num período de grandes dificuldades econômicas e sociais, que pela primeira vez vinham a ser teorizadas como as causas do ‘atraso’ do país frente às potências europeias emergentes (e nomeadamente, a Inglaterra), Galanti atribuía a decadência do reino às grandes transformações que os seres humanos tinham imprimido à natureza do país desde a época da sua fundação na idade da Magna Grécia – ou seja: há cerca de dois mil anos. Com a queda do sul da Itália sob o domínio de Roma, Galanti escrevia, belas cidades, terras férteis e lugares agradáveis “foram convertidos em desertos”, enquanto os habitantes se tornavam escravos. Um declínio geral ocorreu nos seres humanos na natureza: as causas tinham sido guerras, invasões estrangeiras e dominação política – em verdade, toda uma história de ruína e “redução à barbárie”. Das tribos bárbaras, que invadiram o país após a queda do Império Romano, até a última dinastia que governou o reino (an-

⁸ Giuseppe Maria Galanti, *Della descrizione geografica e politica delle Sicilie*, eds. F. ASSANTE e D. DEMARCO (Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1969); sobre o meio ambiente do sul da Itália veja por exemplo Piero BEVILACQUA, *Breve Storia dell'Italia Meridionale: dall'Ottocento a Oggi* (Roma: Donzelli, 1997); Piero BEVILACQUA e Gabriella CORONA, eds., *Ambiente e Risorse nel Mezzogiorno Contemporaneo* (Corigliano Calabro: Meridiana Libri, 2000); veja também Stefania BARCA, *Enclosing Water. Nature and Political Economy in a Mediterranean Valley, 1796-1916* (Cambridge: The White Horse Press, 2010), pp. 16-25, 85-95.

tes de este ganhar independência da Espanha em 1734), todos os governantes tinham sido conquistadores, e o povo tinha sido destituído do seu estatuto de cidadãos da nação. Esta foi a causa política, Galan escrevia, tanto do ‘atraso’ econômico-social quanto da degradação ambiental em que se encontrava o país.

A manifestação mais evidente dessa degradação ambiental era a que o autor chamou de ‘desordem das águas’. Dos muitos rios que atravessam o território da nação, ele ressaltava, todos tinham perdido a navegabilidade que gozavam na época clássica, e era este o sinal mais evidente da degradação desses rios. Como exemplo deste declínio ambiental e social, o autor citava a bacia Liri-Garigliano, na margem oeste dos Apeninos centrais, uma região chamada Terra di Lavoro, situada entre Roma e Nápoles. Esta região foi descrita por autores da época clássica, como Virgílio, Plínio o Velho e Políbio, como um lugar muito fértil e rico culturalmente, compreendendo as cidades mais bonitas e famosas da Itália antiga. Mas as invasões bárbaras haviam arruinado essa terra, e a evidência mais notável da sua queda era a perda de navegabilidade de todos os seus rios. Cidades e castelos tinham surgido, na época greco-romana, ao longo desses rios, a fim de acolher os comerciantes estrangeiros que navegavam até o interior a partir da costa: uma dessas cidades foi Minturnae, na foz do Liri. “Hoje em dia” – Galanti observava – “não há nada lá, mais do que uma barcaça e uma pousada miserável”, assinalando, portanto, a decadência urbana, econômica e ambiental dessa área⁹.

A “desordem das águas”, continuava Galanti, foi causada também pelo despovoamento que seguiu as invasões: uma vez que as cidades foram destruídas, a infraestrutura hidráulica da época romana (canais, pontes, aquadutos, cisternas) foi abandonada “e a água recuperou o controle sobre as planícies”. Nos séculos seguintes, foram “os abusos do governo feudal” que impediram a recuperação da condição inicial de navegabilidade dos cursos de água da região¹⁰. Na opinião de Galanti, bem como na de outros expoentes do Iluminismo napolitano, o feudalismo – herdeiro das culturas bárbaras, que ignoravam a propriedade privada e os direitos individuais – tinha sido a mãe de todos os males e a causa primária de degradação ambien-

⁹ Galanti, *Della Descrizione*, p. 239.

¹⁰ *Ibid.*, p. 13.

tal no sul da Itália. Neste sentido, a *Descrizione* tinha uma intenção política muito clara: a de invocar a abolição do feudalismo, e dos usos comunitários da terra que estavam associados a ele, e a introdução generalizada da propriedade privada. Essa última era a única – Galanti argumentava – que teria permitido a recuperação ambiental e, por consequência, o repovoamento da nação e o crescimento da sua economia. A Economia Política, esta nova ciência do século dezoito (que Galanti e outros escritores tinham contribuído a criar por meio da Escola Iluminista Napolitana), exigia a “libertação” da natureza – no sentido da sua transformação em mercadoria, “livre” dos laços feudais e comunitários: daí a ênfase sobre a abolição do feudalismo como primeira etapa da restauração de equilíbrios ambientais saudáveis, baseados na agricultura e no comércio¹¹.

Alguns anos após a publicação da *Descrizione*, com o exército napoleônico chegando ao sul da Itália, essa revolução política transformou-se numa realidade histórica. Conquistado pelos franceses em 1806, o reino de Nápoles tornou-se parte do império napoleônico até o seu colapso em 1815. Estes dez anos mudaram completamente o país: o feudalismo foi abolido, e enormes quantidades de terras anteriormente feudais e monásticas foram colocadas à venda; até os rios foram retirados do controle feudal e tornaram-se abertos à apropriação privada. Infelizmente, a nova economia política longamente invocada pelos iluministas napolitanos, não conseguiu restaurar a estabilidade ambiental no país; em verdade, ela acabou por tornar a degradação dos rios ainda pior. De fato, uma vez que as vicissitudes de guerra acabaram e as mudanças há tempo programadas foram finalmente implementadas, os colonizadores foram confrontados com uma devastação ambiental mais evidente do que no passado. Desde a primeira década do século, uma enxurrada de queixas relativas a inundações e deslizamentos de terra ia chegando à cidade capital por parte de funcionários e comunidades locais em todo o reino. Cultivo na floresta e nas encostas e barragens fluviais formadas para fornecer energia, eram as causas de desordem hidrogeológica mais frequentemente lamentadas. Em 1813, por exemplo, o governador do distrito de Sora, em Terra di Lavoro, relatava ao ministro do Interior sobre a situação de desastre preanunciado iminente sobre a cidade:

¹¹ Ibid., p. 123.

Senhor, julgo muito importante apresentar as minhas observações sobre o rio Liri, ao fim de tomar em séria consideração o enorme dano que ele vai causar em breve, não só para a cidade de Sora, mas para todo o campo em redor dela, jogando na miséria as populações vizinhas, que daquele lugar trazem a sua subsistência¹².

Nas décadas seguintes, quando privatizações de terra e industrialização continuavam se espalhando no vale do Liri, o desastre preanunciado tornou-se plenamente real, como testemunham dezenas de inundações maiores, além das inundações ordinárias recorrentes cada ano durante a estação das chuvas, e uma área anteriormente reputada como saudável tornou-se um lugar afetado por risco hidráulico elevado e malária¹³.

Ao lançar o alarme sobre a “desordem das águas” no distrito de Sora, o governador Massone não estava sozinho. Sua voz realmente ressoou com a de muitos outros, nos primeiros anos do domínio francês, todos formando uma nova consciência da instabilidade ambiental no sul da Itália como estando relacionada ao desmatamento e às represas de água. Apesar deste agravamento das condições hidráulicas do país, nos escritores deste período mantinha-se a visão de que o advento gradual da propriedade privada seria a resposta adequada para a degradação ambiental. Tendo em comum uma extração social burguesa e uma formação intelectual iluminista, os escritores do período napoleônico concordavam na visão de que o verdadeiro inimigo do país eram a propriedade coletiva e a diversidade de práticas e valores de uso que os camponeses do sul da Itália atribuíram à floresta e aos recursos da terra em geral. Sejam pastagens ou caça, coleta de madeira, feno e frutos silvestres, todas as economias de subsistência eram invariavelmente entendidas pelos intelectuais como destrutivas da floresta e responsáveis pela degradação ambiental do país. Esse discurso era articulado em torno da ideia de que a originária ‘natural’ riqueza do país apenas poderia ser restaurada trazendo de volta as suas instituições pré-feudais e, especialmente, o direito romano com o seu conceito de propriedade individual absoluta e inalienável¹⁴. Ao introduzir no reino o Código Napoleônico, infor-

¹² *Il Sottintendente all’Intendente*, Sora 30 Aug. 1813, Archivio di Stato di Caserta (ASC), Intendenza Affari Comunali (IAC), 2356.

¹³ Veja-se BARCA, *Enclosing Water*, esp. p. 117ss.

¹⁴ Veja Costanza D’ELIA, ed., *Il Mezzogiorno agli Inizi dell’Ottocento* (Roma-Bari: Laterza, 1992) e Walter PALMIERI, ed., *Il Mezzogiorno agli Inizi della Restaurazione* (Bari: Laterza, 1993).

mado com uma forte abordagem romanista, os franceses tinham conseguido – segundo esses escritores – o primeiro passo essencial da restauração ambiental: o de abolir todas aquelas ‘servitudes’ que costumavam impedir a plena e exclusiva posse da terra. O segundo passo era o de recriar padrões de posse da terra semelhantes aos que se acreditava terem existido na época da República romana (em uma sociedade pré-latifúndio e pré-escravidão que pertencia mais ao mito do que à realidade histórica), em que a terra se encontra nas mãos de proprietários livres e capazes de cuidar dela.

Ao final da primeira década do século XIX, a situação dos rios do sul da Itália pareceu grave o suficiente para requerer uma explicação científica. Esta foi elaborada pelo filósofo e mineralogista Teodoro Monticelli (1759-1845): com a sua *Memoria sull’economia delle Acque da Ristabilirsi nel Regno di Napoli* (Memorial sobre a Economia das Águas a ser Restaurada no Reino de Nápoles), publicado em 1809, Monticelli fazia da ideia da “desordem das águas” o núcleo inicial do pensamento conservacionista napolitano. O autor procurava as causas originais do desmatamento em si, encontrando-as em um processo circular vicioso de interação natureza-sociedade: o desmatamento, ele escrevia, era devido ao fato de a maioria das pessoas no sul da Itália viverem nas montanhas, porque as planícies eram pantanosas e maláricas. Mas destruir a floresta e cultivar as encostas para alimentar a população só poderia aumentar a erosão do solo e a instabilidade hidrológica, que por sua vez, ia aumentando a “desordem das águas” na planície. Este círculo vicioso, Monticelli acreditava, tinha ido adiante por séculos, desde a queda do Império Romano, quando as populações tinham se refugiado nas montanhas e planaltos para escapar do perigo das invasões bárbaras e turcas. Para revertê-lo era necessário colocar em ação um esquema abrangente de gestão das águas e florestas: drenar e repovoar as planícies, enquanto que as terras altas iam se reflorestando.

Até este ponto, Monticelli apenas sistematizava as explicações e sugestões de Galanti e outros autores anteriores. Mas, para além das causas históricas profundas, Monticelli também denunciou que o problema maior residia em verdade no aumento da “destruição das florestas”, que “inexplicavelmente tem acontecido nos últimos 50 anos”, cujos sinais mais evidentes eram a escassez de madeira e o assoreamento dos leitos dos rios. A consequência mais grave, conforme Monticelli, consistia no “arruinando de aldeias inteiras, levadas pelas enxurradas, que crescem diante de nossos

olhos e adquirem uma energia devastadora”. Apesar de tudo isso, o autor reclamava, “nem nós estamos reparando o dano com novas plantações, nem esta atual obsessão com o desmatamento foi interrompida ainda”¹⁵.

A denúncia de Monticelli contra a gravidade do desmatamento acontecido durante décadas, consoante os outros escritores da sua época, era dirigida contra o regime feudal borbônico precedente à dominação francesa. Publicado logo depois da tomada de posse do novo rei de Nápoles, o francês Joaquim Murat, e poucos anos depois da lei pela defeudalização do reino ordenada pelo seu antecessor Giuseppe Napoleone (1806), o livro elogiava o presente como o tempo de recuperação e ressurgimento socio-ambiental, devido ao advento da economia política (contraposta à economia moral do sistema feudal). Tendo sido destruídos os velhos privilégios e as leis “barbáricas” que impediam os indivíduos de investir o seu capital na agricultura e na pecuária, a nação poderia finalmente dedicar-se à melhoria das “nossas muito férteis terras”, com capacidade e inteligência muito maiores do que antes. O interesse privado dos proprietários passava então a ser reputado como coincidente com o bem público¹⁶.

A expressão ainda mais clara dessa crença encontra-se no escritor Vincenzo Cuoco, autor de um relatório sobre “Reflorestamento e recuperação do solo”, publicado em 1811, no qual ele desenhou uma perspectiva detalhada das ações a serem tomadas pelo recém-criado Departamento de Águas e Florestas da Administração Pública. A maneira mais segura de prevenir a erosão do solo e os deslizamentos de terra, Cuoco afirmava, era a de criar um sistema de controle mútuo entre os proprietários, baseado na eficiência do direito privado e do sistema judicial: cada indivíduo devia ter acesso aos meios legais para denunciar o seu vizinho no caso de qualquer novidade supostamente arriscada no terreno dele. Por meio deste sistema, a livre disposição das propriedades privadas seria um pouco limitada, Cuoco escrevia, mas de uma forma positiva: “Quando o bem público pode ser confiado ao interesse privado, não pode ter um melhor guardião”, ele concluía¹⁷.

¹⁵ Teodoro MONTICELLI, *Memoria sull’Economia delle Acque da Ristabilirsi nel Regno di Napoli* (Napoli: Stamperia Reale, 1809), p. 1.

¹⁶ *Ibid.*, p. 7-11.

¹⁷ Vincenzo CUOCO, *Rimboschimenti e Bonifiche*, in Piero BEVILACQUA e Manlio Rossi DORIA, *Le bonifiche in Italia dal ‘700 ad oggi* (Bari: Laterza, 1986), p. 171.

Os textos acima mencionados mostram como, entre 1790 e 1810, a “desordem das águas” tornou-se um tema fundamental do discurso político no reino das Duas Sicílias. Um olhar crítico e contextualizado dos mesmos nos permite ressaltar como, em vez de perceber as causas em processos recentes de mudança política que permitiram a disseminação extensiva do capitalismo agrário, os escritores desta época localizaram a fonte do declínio do ambiente num longínquo passado, o das invasões bárbaras. Essa narrativa do declínio servia, em verdade, para um objetivo político: o de promover o reformismo antifeudal e a instauração de uma moderna administração pública para o controle fiscal do território e da população. Em consequência, apesar da suposta eficiência administrativa e do esforço intelectual, nem os franceses nem os seus colaboradores napolitanos foram capazes de ver a “desordem das águas” como a contradição ecológica fundamental da economia política capitalista. Suas visões e explicações, ao contrário, apoiavam-se em premissas ideológicas que realmente os impediram de reconhecer o papel fundamental do capitalismo agrário, gradualmente afirmado nas últimas décadas do regime feudal, que tinha jogado no drama do desmatamento e da instabilidade hidrológica do país.

Um dos principais legados da dominação francesa no país foi de fato a instituição da acima mencionada Administração Geral de Águas e Florestas, criada pelos franceses em 1811 e mantida pelos Borbões após a sua restauração no trono em 1816. De fato, a Administração tinha responsabilidades e ingerência na quase totalidade da vida econômica do país, com a função de assegurar as condições tanto de produção material (por meio da exploração florestal, agrícola e industrial nas bacias hidráulicas) quanto de reprodução dos recursos e da vida humana nas áreas rurais, garantindo a segurança e viabilidade do território. Outra importante herança da época francesa foi a Escola Nacional de Pontes e Estradas, modelada na francesa Ecole de Ponts e Chaussées, que servia para formar os quadros do pessoal florestal do país. A importância histórica desses dois órgãos num território fortemente marcado pela presença dos Apeninos e com uma população quase totalmente de caráter rural, sustentada por uma economia agrícola e florestal, não deve ser subestimada.

Ao longo de quase trinta anos, a Escola de Pontes e Estradas veio a ser chefiada pelo engenheiro hidráulico Carlo Afan de Rivera (1779-1852), o último dos autores do período borbônico, anterior à chegada de G. P.

Marsh à Itália. No entanto, De Rivera introduzia na teoria da vulnerabilidade hidrológica do país uma novidade importante a do papel fundamental do Estado enquanto supremo órgão de planejamento territorial. O seu “Relatório sobre as devastações produzidas pela água em consequência do desmatamento”, publicado em 1825, abraçava a visão de Monticelli do círculo vicioso entre povoação e desmatamento das terras altas e desordem hidráulica das planícies, mas individuando as causas originárias não no feudalismo (sendo este então desaparecido), mas sim nos efeitos perversos da Idade da Revolução, isto é: as desordens políticas, guerras e domínio imperial do período francês, por um lado, e a divisão das terras comuns entre os camponeses, mandatada pela lei sobre a defeudalização em 1806, por outro lado. De Rivera assim reverteu a narrativa do desastre criado pela geração anterior: a “desordem das águas” estava sendo causada não pela falta de propriedade privada, mas sim pela sua própria introdução no país. À propriedade privada e à mão invisível do mercado, até então proposta pelos escritores liberais napolitanos, o Diretor opunha a visão do Estado como único agente em grau de atuar a adequada conservação dos equilíbrios ambientais, por meio de um plano geral para a sábia economia das águas. Não cabia aos proprietários privados visualizar o efeito das suas ações sobre lugares distantes, ou se preocupar com eles. E, mesmo que o fizessem, como poderiam medidas díspares e individuais, perguntou ele, ser coordenadas para o bem comum? Cabe “à mão benfazeja do Rei” liderar as ações dos cidadãos no sentido da utilidade tanto privada como pública, por meio das boas leis e da boa administração¹⁸.

A relevância da visão de De Rivera no contexto da economia política napolitana da época está na ideia de que os interesses públicos e privados não são necessariamente coincidentes, e que a propriedade privada deve ser regulada de acordo com o interesse da nação. No entanto, o que ele propunha não era um retorno à propriedade comunitária dos bosques e das terras altas. Ao contrário, De Rivera introduziu uma distinção entre *verdadeira* e *falsa* propriedade, a primeira sendo a que foi criada pelas leis revolucionárias para a partilha dos bens comuns (a lei de 1806), sendo a segunda a que foi

¹⁸ Carlo Afan DE RIVERA, *Memoria Intorno alle Devastazioni Prodotte dalle Acque a Cagion de' Diboscamenti* (Napoli: Reale Tipografia della Guerra, 1825).

criada através de operações de mercado, ou seja, compras de terras públicas por parte de indivíduos. Desta forma, ele mantinha uma distinção entre “propriedade boa”, a que ia segurando a terra nas mãos da classe capitalista rural, e “propriedade ruim”, a que estava na posse dos pobres, considerando-se esta última uma das principais causas da devastação ambiental, através do desmatamento para fins de subsistência. Notavelmente, De Rivera não prestou atenção aonexo entre propriedade capitalista e desmatamento para fins de mercado¹⁹.

Os escritores napolitanos até aqui mencionados são representativos da forma como as ideias de natureza, e da relação entre natureza e política, tinham evoluído numa parte do mundo mediterrânico nas décadas anteriores à publicação de *Man and Nature*. Enquanto na *Descrizione* de Galanti (fim do século XVIII), a resposta à chamada “desordem das águas” foi procurada nas políticas antifeudais e no direito de propriedade individual, à época em que De Rivera escrevia (entre os anos vinte e trinta do século XIX), a propriedade privada da terra tinha sido há muito introduzida, mas não tinha cumprido com o compromisso da restauração ambiental. Para De Rivera, residia em grandes obras públicas capazes de reconfigurar o território nacional de forma a garantir o uso dos recursos e os equilíbrios ambientais por meio do saber científico, e especialmente, da engenharia hidráulica moderna. Em 1832, o autor publicava um livro em três volumes, fruto de viagens e observações técnicas desenvolvidas ao longo da década anterior em todo o país, que ilustraram as suas proposições para um redesenho geral da relação natureza-sociedade no país através de um imponente programa de obras públicas²⁰. Todavia, como na geração anterior de escritores, a explicação das inundações era por ele ainda em grande parte baseada no culpar os camponeses pelo desmatamento das montanhas, sem chegar a pôr em discussão os efeitos devastadores da privatização de terras e florestas por mão burguesa.

¹⁹ DE RIVERA veja também Costanza D’ELIA, *Bonifiche e Stato nel Mezzogiorno (1815-1860)* (Napoli: ESI, 1994), p. 30-32 e 74.

²⁰ Veja Carlo Afan DE RIVERA, *Considerazioni sui mezzi da restituire il valore proprio a’ doni che ha la natura largamente conceduto al regno delle Due Sicilie* (Napoli: dalla Stamperia e Cartiera del Fibreno, 1832-1842).

Conclusões

Não dispondo de dados certos sobre os padrões de chuva na Europa do Sul em períodos anteriores ao século XX, não podemos estabelecer em que medida a degradação dos rios e as enchentes foram devidas ao desmatamento, conforme a hipótese acreditada pelos contemporâneos, e em que medida elas foram relacionadas com fatores climáticos consequentes ao fim da chamada Pequena Idade de Gelo (1350-1750), que podem ter causado uma intensificação de eventos extremos. Seja qual for a contribuição dada pelo clima, a economia política fundiária, e a ideia da coincidência entre o interesse privado e o bem público, certamente contribuíram para a vulnerabilidade ambiental e o aumento do risco de inundação. Começando com a abolição do feudalismo, terra e água foram apropriadas pela burguesia rural, que as usou de forma puramente individualista, sem nenhuma consideração dos custos sociais e ambientais. Desmatando as encostas e represando os rios, agricultores e industrialistas de várias regiões do Sul europeu – que compartilhavam com o reino das Duas Sicílias padrões similares de liberalização econômica e de vulnerabilidade hidrológica – contribuíram para um aumento do risco ambiental palpável durante o século XIX, causando assoreamento de rios, inundações, insalubridade das condições de vida e aumento da malária. Quem pagou os custos de tudo isso foram as populações mais vulneráveis: as comunidades camponesas dos Apeninos e das restantes regiões da montanha mediterrânica.

Colocar a obra do G. P. Marsh e dos escritores napolitanos no contexto material e ideal da Economia Política do século XIX permite então traçar uma visão crítica sobre a consciência emergente da vulnerabilidade ambiental no Mediterrâneo daquela época. O primeiro ponto a ressaltar é o caráter ideológico do discurso ambiental: os escritores napolitanos e os funcionários públicos, assim como Marsh, acreditavam que a economia política capitalista era a solução em vez de uma das principais causas da vulnerabilidade ambiental – e essa suposição obrigou-os a procurar as causas das recentes inundações no passado longe de conquistas romanas e barbáricas. Isso ocorreu porque todos eles compartilhavam a ideia que somente a propriedade privada e as operações de mercado eram formas legítimas de gestão ambiental, enquanto a propriedade coletiva e a economia moral, que tinham caracterizado a gestão de terras sob o domínio feudal, eram ambientalmente ruins.

Eles compartilhavam a ideia de que a economia política moderna, seja ela sob a forma de propriedade privada ou de Estado, através da Administração Geral de Água e Floresta, seria a solução mais apropriada à chamada ‘desordem das águas’. Era, afinal, uma ideia de modernização ambiental baseada na tríade propriedade individual/Estado/engenharia hidráulica.

A consciência ambiental moderna ocidental, representada pela obra de G. P. Marsh bem como pelos trabalhos de inúmeros outros escritores, está fundada sobre a ideia que a crise ambiental era causada pelas comunidades tradicionais enquanto incapazes de uma gestão racional e moderna da natureza. Este é de fato o patamar comum entre as várias posições, o que moldou a consciência ambiental das elites intelectuais e políticas do período liberal, tornando as vítimas em culpados e escondendo o papel da propriedade privada e das políticas desenvolvimentistas na destruição de recursos e na produção do risco ambiental. Esta narrativa continua repetida, com variações regionais e linguísticas, na história do ambientalismo e das políticas ambientais modernas desde então, especialmente nos países do Sul e nos territórios habitados por comunidades indígenas ou “tradicionais”. Como já aconteceu para os camponeses da montanha mediterrânica do século XIX, essas comunidades marginais são muitas vezes as vítimas de processos de degradação ambiental causados pela propriedade capitalista e por políticas econômicas desenvolvimentistas. Cabe, portanto, à história ambiental, cruzando a análise do discurso com a análise dos processos político-econômicos, alcançar uma visão global e crítica do pensamento conservacionista e das suas relações com o poder em cada época histórica.

